O ensino profissionalizante sai do estado de coma

Cláudio de Moura Castro
André Medici
Jorge Tejada

I. Introdução

Aprovado em 1997, a reforma do ensino profissional e o PROEP tiveram o efeito de um desfribilador aplicado a um coração moribundo. O ensino profissional brasileiro, em estado de coma desde várias décadas, sofreu um choque que o despertou, inicialmente, para se revoltar contra a reforma. Mais adiante, com a perspectiva do empréstimo do BID e com as discussões mais serenas que se seguiram, a reforma passou a ser encarada na sua inevitabilidade e nas suas conseqüências reais, uma boas outras menos, de acordo com os interesses de cada ator.

Partindo desse início turbulento, o MEC se equipou para implementar o PROEP e o lado operacional foi posto em marcha. Hoje, em meados do ano 2000, estamos em um bom momento para dar um balanço no que se conseguiu fazer. Nesta nota, reportamos o panorama de três estados representativos do país, visitados recentemente em uma avaliação do programa: Rio Grande do Sul, Ceará e São Paulo. Com a mudança de governo, a velocidade inicialmente rápida em alguns estados foi arrefecida e, pode-se dizer, um ano foi perdido por conta das indecisões das novas gestão. Não obstante, já faz tempo que o processo foi retomado e, hoje, a implementação está entrando em velocidade de cruzeiro.

Naturalmente, cada estado tem suas características próprias. No Rio Grande do Sul, não apenas o governo estadual tem como princípio oficial a participação de diferentes atores no processo decisório (Constituinte Escolar), mas também, há nas escolas uma longa tradição de consultas e participação local, característica marcante, sobretudo nas regiões de mais forte imigração italiana e alemã. Mas a despeito do que é dito oficialmente, a observação sugere que a reforma é muito mais fruto da forte interação entre os diferentes atores locais (escola, empresas, município) do que de orientações vindas do Estado, qualquer que seja o governo.

No caso de São Paulo, a Fundação Paula e Souza se encarregou, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, de definir as diretrizes da política de educação técnica e profissional. A grande surpresa no Estado é o forte crescimento dos projetos de escola no âmbito do segmento comunitário, ou seja, projetos dirigidos por associações mantenedoras formadas exclusivamente em base parcerias entre organizações publicas e privadas sem fines de lucro, incluindo municípios e/ou o próprio Estado. É a integração das empresas com os governos locais o maior fator de impulso da reforma, onde, na disputa pela atração de capitais nacionais e/ou externos, as Prefeituras se associam com as empresas para buscar garantir uma mão de obra altamente qualificada, o que hoje em dia é um dos maiores fatores de atração de novos investimentos.

No caso do Ceará, se verifica um papel de liderança do governo do Estado, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, na condução de um processo de gestão centralizada da formação técnico profissional, onde se delineia a possibilidade de replicar o modelo Paula Souza, no sentido de que será criada uma Organização Social que administrará toda a rede, de forma centralizada A proposta do estado inclui não só fortalecer suas escolas técnicas nos municípios de Sobral e Limoeiro do Norte, mas também em criar Centros

Vocacionais Tecnológicos(CVTs) nos municípios mais distantes, os quais estarão voltados para ministrar cursos de curta duração visando a transferencia de tecnologias para as comunidades. Devido a que as escolas técnicas de Ceará não tem uma forte tradição de integração com o as empresas e com as comunidades, este tema será um dos principais desafios do Estado. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Ceara, CEFET/Ceará (antiga Escola Técnica), pretende aumentar a integração escola-empresa, e se encontra realizando esforços para se integrar com a comunidade. Além do mais, estão surgindo novas iniciativas de escolas do segmento comunitário, tais como o Centro de Capacitação em Hotelaria e Alimentação em Caucaia, cujo sucesso dependerá de uma boa integração para sua sobrevivência.

Limitando as conclusões possíveis nesta nota, não apenas a visita foi muito rápida mas muitos projetos são ainda mais promessas do que resultados. Não obstante, tomando um panorama geral das três categorias de escolas beneficiadas – federais, estaduais e comunitárias – parece razoável concluir que os piores cenários (que em alguns momentos temíamos defrontarmo-nos) não se materializaram. Tanto a reforma como os projetos do PROEP estão caminhando em direções eminentemente bem vindas. Não cabe aqui concluir triunfalmente que tudo deu certo, mas sim de verificar que nas suas grandes linhas, a separação entre o acadêmico e o técnico está dando os resultados esperados, as mudanças curriculares estão resolvendo problemas preexistentes e os novos projetos do PROEP parecem desencadear processos de mudança e melhoria das escolas. No que segue, examinaremos alguns aspectos que mais chamaram atenção durante a visita.

II. PROEP: o grande desfibrilador do ensino técnico

O torpor que em que esteve o ensino técnico e profissional por várias décadas não requer muito argumento para ser demonstrado a quem teve um mínimo de contato com esses setores. O despertar provocado pelos eletrodos da reforma e do PROEP no coração do ensino técnico levou a sacudidas cuja dimensão física pode ser ilustrada pela escola técnica estadual de Parobé. Confrontada com a perspectiva de dar um balanço nas suas missões, acabou por retirar 80 caminhões de entulho, depois que a direção resolveu verificar o que servia e o que estava apenas ocupando espaço na escola.

Por toda parte ouvimos estórias de terremotos, pânicos, terrorismo ideológico, revolta e insatisfação nas fases iniciais. Mas ouvimos igualmente notícias de que os eletrochoques haviam provocado um exame de consciência coletivo, cujas conseqüências foram unanimemente descritas como benéficas. São, portanto, dignas de nota as muitas mudanças positivas, resultantes do mero choque traumático e da discussão que se seguiu. Em outras palavras, a reforma legal, seguida do PROEP, trouxe à tona e pôs na berlinda um conjunto de instituições que há muito tempo não eram objeto de discussão ou aperfeiçoamento.

Mas claramente, não houve e não se podia esperar que houvesse uma sincronia no processo de reforma. Aconteceu o que se podia esperar de uma situação deste tipo. As melhores escolas, as mais bem informadas, as mais alertas e com melhores radares foram as primeiras a entrar em crise e as primeiras a sair da crise com um novo projeto. Estima-se que 10% das escolas estão nesta categoria. As outras, receberam as notícias com retardo, levaram mais tempo a digerir as novidades e carecem da mesma capacidade de geração e implementação de novas idéias. Mas pelo que entendemos das conversas, a reforma não passou ao largo. Simplesmente, não andou na mesma velocidade.

III. Os rumos da reforma e do PROEP

Após os três anos decorridos, notam-se já algumas tendências gerais. Pelo que entendemos, são tendências observadas nacionalmente, embora esta nota se refira sobretudo ao que pôde ser observado nos estados visitados.

1. A separação entre o acadêmico e o técnico

Sem sombra de dúvidas, esta foi a grande revolução contida no pacote reforma/PROEP. De fato, foi não apenas uma pré-condição de entrada do BID no processo, mas também o grande escolho na aceitação do projeto por diferentes atores.

Lembremo-nos, aí estava a maior fonte de rejeição nas escolas e a condicionalidade mais inegociável do projeto. O BID e a cúpula do MEC concordavam que o ensino técnico havia perdido o seus caminhos por conta de uma indefinição do seu produto: propedêutico ou profissional? Na maioria das escolas de melhor nível, a grande maioria dos alunos freqüentava o técnico por ser uma escola acadêmica boa e gratuita. De fato, o diretor da ET da UFRGS referiu-se a pesquisas anteriores com seus ex-alunos que mostravam 80-85% dos graduados indo para o ensino superior. A elitização do ensino técnico e a perda de função da profissionalização, apesar dos seus altos custos, tornaram-se características ubíquas destas escolas, de Norte a Sul do país. Pesquisas novas e velhas documentam a elitização extrema das clientelas.

Esperava-se que a separação eliminasse esse problema, pois nenhum aluno teria interesse em matricular-se na parte técnica que nada ajuda para entrar no superior. Uma evidência barométrica do que viria acontecer pode ser vista no caso de duas escolas do SENAI na cidade de São Paulo. Uma delas oferecia cursos técnicos regulares e a outra o que se chamava "curso técnico especial" que são programas que recebem alunos já com diploma de segundo grau a quem é oferecida apenas a parte tecnológica e prática de um curso técnico. O que chamou a atenção na comparação dos dois casos é que apesar de ser o mesmo SENAI, com o mesmo status e prestígio, os dois cursos tinhas clientelas totalmente diferentes. O curso técnico regular atraia a mesma clientela elitizada dos cursos técnicos federais (obviamente, mais interessada na preparação para o ensino superior do que nas profissões oferecidas). Já o "especial" tinha uma clientela totalmente diferente, justamente com o perfil dos níveis sociais interessados no tipo de ocupações técnico-industriais. Era uma escola técnica deselitizada. Como a separação da parte acadêmica da técnica nada mais faz do que transformar todos os cursos técnicos em cursos "especiais", já se podia antecipar pelo exame destes dois cursos do SENAI que a separação levaria justamente à deselitização do técnico.

De fato, a experiência do RGS parece confirmar essa hipótese. A diretora do Parobé e da ET da UFRGS confirmaram a deselitização dos cursos técnicos, com a maior presença de jovens com níveis sociais congruentes com as ocupações oferecidas. Além disso, notou-se uma forte presença de adultos no curso noturno, em busca de uma reciclagem profissional, em áreas onde a tecnologia sofreu grandes transformações (e.g. hidráulica, CAD, CNC).

No caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ceara, (atualmente CEFET/Ceara antigamente Escola Técnica), as pesquisas socio-economicas da escola indicam que em comparação com os alunos do antigo curso integrado, os estudantes matriculados nos novos cursos técnicos provêem de estratos econômicos mais baixos além de se constitui-se num grupo mais velho em termos de idade e com maior participação feminina.

Naturalmente, em pouco tempo será possível dizer com dados muito melhores em que grau houve essa deselitização. De momento, apresentamos evidências sugestivas mas longe de satisfatórias, do ponto de vista científico.

Contudo, esta separação foi o pomo da discórdia, criando situações conflitivas, manifestações e muito ruído (por desinformação ou por desacordo de princípio). Uma das grandes surpresas desta viagem foi ouvir a notícia de que grande parte dos ferrenhos opositores à separação haviam mudado de idéia. Nem temos um levantamento sistemático desta transformação e nem pensamos que haja sido universal. Contudo, ouvimos sistemáticas notícias de conversões ao princípio da separação e não ouvimos defesas da situação anterior.

2. O redespertar da profissionalização

Ao separar o lado propedêutico do profissionalizante, esse último passou a ter sentido apenas pela sua capacidade de dar aos graduados boas chances de encontrar empregos condizentes. Esta era uma das hipóteses em que apostavam o defensores da separação. Para grande alívio, foi possível verificar que a hipótese parece ser correta. Os cursos, agora divorciados do acadêmico, passaram a ser objeto de maior atenção e questionamento. Há claras preocupações com o mercado dos graduados e uma progressiva aproximação com o mundo empresarial.

Liberados da presença dos que buscavam apenas preparação para o vestibular, reduziu-se a competição por parte do alunado de elite, abrindo-se as vagas para clientelas muito mais motivadas para as ocupações oferecidas. Ainda é cedo para buscar resultados definitivos e, além disso, temos informações muito tênues, apenas baseadas em alguns dias de visitas. Mas a impressão geral é de que ao liberar-se da presença dos que não tinham qualquer interesse pela profissionalização, os cursos estão buscando uma calibragem muito mais fina e próxima dos mercados. Afinal de contas, se os graduados não conseguirem empregos condizentes com a sua formação, quem terá interesse em matricular-se em um curso cujo diploma não dá acesso a coisa alguma?

Obviamente, o PROEP é o catalisador desta pequena revolução, por possibilitar os meios materiais para implementar as mudanças que foram fermentadas neste caldo de cultura. Não adianta descobrir que há mercado para pneumática sem que também haja recursos para equipar os laboratórios. Deve haver muita iniciativa por aí feita com recursos próprios. Mas é nas escolas beneficiadas com os projetos do PROEP que explodem as grandes transformações do ensino profissional.

Ademais, o PROEP é o catalisador político da mudança, pois permite ao MEC oferecer recursos ao sistema. Sem essa "cenoura", teríamos um processo de mudança que só teria custos políticos.

3. Concomitância ou pós-medio? Muitos acertos e uma grande decepção

Um dos temas debatidos quando o projeto estava em discussão foi a questão da concomitância do técnico com o acadêmico ou a sua possível vocação para virar um programa tipicamente pós-médio. Havia no BID um temor de que a concomitância levaria à uma separação "de fingidinho".

A observação nesta rápida visita sugere uma tendência divergente. Os cursos técnicos de mais alto nível, como as escolas técnicas federais e SENAI, tendem a abandonar o acadêmico na velocidade que encontram prudente (diante de reclamações ou ações legais que têm ocorrido). De fato, este deserdar do segundo grau explica-se por serem estas

instituições infectadas pelo vírus do chamado "academic drift", sempre tentando subir a escada do ensino, sempre tentando oferecer cursos de níveis mais elevados. Para elas, a separação do acadêmico é uma boa chance para se ver livre dos resíduos de ensino médio, passando com armas e bagagens para o pós-médio e superior. Esse parece ser o caso dos cursos do SENAI e da escola técnica da UFRGS. Por outro lado, no CEFET do Ceará, possivelmente devido a reclamações locais, notou-se a tendência em manter um ensino médio acadêmico incrementando, em simultâneo, a matricula nos cursos técnicos e tecnológicos. O risco, neste caso, é de que os cursos tecnológicos passem a ser mais importantes que os técnicos, mas este é um mal menor.

No segmento comunitário, como ocorre com a nova Escola de Mecânica da Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente Prof. Hélio A. Souza – FUNDHAS, no Município de São José dos Campos em São Paulo, o modelo por definição é totalmente separado, dado que o ensino acadêmico é feito em parceria com a Fundação Paula e Souza nas escolas secundárias desta instituição no Município.

Já nos cursos mais populares, sobretudo nas escolas acadêmicas com apêndices profissionalizantes, a tendência é mais para a concomitância. Estas escolas não eliminaram e não querem eliminar o acadêmico. Suas clientelas são mais populares e, sobretudo no RGS, a grande pressão por parte das famílias que querem vagas no ensino regular para seus filhos não pode ser ignorada. Isto também está ocorrendo em algumas escolas privadas de natureza filantrópica

No caso específico da rede Paula Souza, existem pressões, especialmente nos bairros mais pobres de São Paulo, para que se mantenha a concomitância dos cursos técnico e acadêmico. A tendência, neste caso é no entanto a redução do volume de alunos no acadêmico(em mais de 50% até o momento) e a concentração do técnico no noturno para alunos de maior idade e que tem, durante o dia, outras atividades profissionais.

Mas tal como vemos a questão, a grande disfunção que levou à realização do PROEP foi a existência de cursos acadêmicos oferecidos por instituições especializadas e com custos excessivamente elevados, tais como as escolas técnicas federais que custam entre R$4000 e R$7000 por aluno/ano. No caso de escolas que operam com custos modestos (algumas mesmo com custos inferiores às médias das escolas estaduais), desde que realmente se dê a separação, dando ao ramo profissionalizante vida própria, não há razões de força maior para a eliminação do acadêmico.

Portanto, salvo melhor juízo, informado por dados melhores ou mais completos, a questão da concomitância versus pós médio, bem como a permanência dos cursos acadêmicos não nos traz preocupações. As soluções que vão sendo encontradas não colidem com os objetivos da reforma e nem com o bom senso.

Por outro lado, preocupa o desaparecimento dos ramos profissionais dentro das escolas acadêmicas. A pressão para aumentar vagas no segundo grau e o pouco interesse das administrações escolares por cursos voltados para o mercado de trabalho pode facilmente resultar no desaparecimento dos cursos profissionais. Não foi possível documentar uma tendência clara nesta direção mas há suspeitas que isso possa estar acontecendo em alguns casos.

Alguns detalhes interessantes foram notados pela diretora da escola Parobé. Na segunda série do médio, a metade dos alunos apenas cursa o acadêmico. Já na terceira série, esta proporção se reduz drasticamente. Parece que a maior maturidade dos alunos os leva a rever sua decisão anterior de não cursar o técnico e a matricular-se em alguma carreira

profissional. Outro aspecto interessante é a maior motivação observada pelos alunos dos técnicos. De fato, após uma rejeição inicial, os professores mais velhos e com maior poder dentro da escola estão optando por ensinar nos cursos técnicos, por encontrarem lá alunos mais centrados e motivados para os estudos.

O PROEP é um projeto que pode dar uma contribuição série e eficaz à causa da equidade, por oferecer oportunidades de cursos curtos, preparando para o mercado de trabalho uma população de origem mais modesta. De maneira geral, foi isso que observamos ao acompanhar a implementação do programa até o momento. O programa acerta na eficiência e acerta também na equidade. A equidade dever ser uma das mais fortes preocupações no financiamento do ensino pós-secundário. Se forem deixadas de lado as possibilidades de promovê-la, é questionável alocar recursos públicos num setor onde gastos tão grandes são realizados.

Por outro lado, há um mau exemplo à vista: o CEFET/Paraná. Ao reformular o seu técnico, guindou-o ao nível pós-secundário, o que é perfeitamente sadio e em linha com que fizeram outras escolas técnicas de qualidade. Contudo, retirou do programa a sua terminalidade, o seu vínculo com o mercado de trabalho. O novo técnico não é técnico em coisa alguma. Portanto, não sai, ao cabo de dois anos, preparado para encontrar um emprego e ganhar a sua vida. Seu único e planejado destino é prosseguir sua carreira escolar, transferindo-se para o curso de tecnólogo, oferecido pela mesma escola.

Trocando em miúdos. Antes o curso técnico era elitizado porque sendo excelente e altamente competitivo, selecionava apenas os 10% melhor preparados. Obviamente, aí estava a "jeunesse dorée" de Curitiba e não estavam as classes mais populares, condenadas ao fundamental público de menor qualidade. E naturalmente, quase todos iam para o superior ao terminar o técnico.

Hoje, onde quase todos os cursos técnicos foram invadidos por clientelas bem mais modestas, o CEFET/Paraná encontra outro meio de evitar esta clientela. Cria um curso que não prepara para o mercado de trabalho mas sim para um curso muito mais longo de tecnólogo. Quem serão os interessados neste curso? Claramente, não serão as novas camadas sociais que hoje estão conseguindo terminar o segundo grau. Estes precisam de terminalidade e não conseguem competir com outros jovens – provavelmente de classe social muito mais elevada – para quem a terminalidade é inteiramente desinteressante, já que estão colimando o tecnólogo, mais adiante.

Um exemplo da difusão do modelo do CEFET/Paraná pode ser encontrado na Escola de Sobral, no Ceará, onde se observou que 100% dos estudantes dos cursos regulares profissionalizantes dirigiram-se para os cursos tecnológicos de três anos e meio e não para os cursos técnicos de menor duração, que seguramente estariam em maior sintonia com o mercado local e que atendem a uma clientela de origem social mais modesta.

Entendemos que o MEC esta examinando com seriedade este mau exemplo que está sendo dado por uma instituição que tem sido uma referência tão poderosa no cenário do ensino técnico brasileiro.

4. <u>A grande surpresa dos cursos básicos</u>

As escolas técnicas e sobretudo os cursos profissionalizantes dentro das escolas acadêmicas sempre colimaram as profissões reguladas em lei e ditas técnicas. Seu cardápio de cursos sempre se concentrou no normal, nos cursos de contabilidade, no secretariado e nas profissões da saúde. O resto, concentrado nas escolas técnicas, era pouco e se situava na mecânica, eletricidade, construção civil etc.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a reforma do ensino técnico criaram a figura do ensino básico; alguma coisa tirada do bolso do colete e sem passado. Não é significativamente diferente do que faz o "Sistema S" mas nada pede emprestado dos conceitos desta vertente de formação profissional. Apenas fala em um ensino que não requer pré-condições de escolaridade prescritas em lei e tampouco é regulado.

Esta invenção da nova LDB tinha tudo para dar errado ou para não dar em nada. Não obstante, o oposto aconteceu. Os cursos básicos explodiram, sobretudo nas escolas melhores e mais bem servidas de equipamentos e material humano.

O que explicaria esse imprevisto dinamismo? Cedo para dizer, mas duas hipóteses despontam. A primeira é o caráter livre dos cursos que podem ser oferecidos sem peias legais, sem licenças, alvarás, autorizações e currículos oficiais. A segunda é o quadro financeiro diferente que se configura com esses cursos. Não se tratando de cursos regulares, as obrigações legais de gratuidade não se aplicam. As escolas públicas e privadas vêm nesta modalidade uma fonte de renda imediata. A presença de fundos do FAT cria incentivos adicionais para muitos programas. Mas as empresas e governos locais são também clientes óbvios para a venda de serviços deste tipo.

Não há dados seguros sobre a oferta destes cursos, mas tudo indica que, em muitos casos, o número de matrículas supera o ensino regular. A venda de serviços adiciona entre 5% e 1000% ao orçamento público ou regular das instituições visitadas. É razoável prever que estas proporções aumentarão bastante em futuro próximo. Não obstante, os 50% hoje atingidos pelo SENAC/SP e a sua meta de 70% são miragens inatingíveis para a maioria dos cursos.

5. Quem é o técnico: operário ou “mando médio”?

Uma das tradicionais ambigüidades do ensino profissional brasileiro é o real significado do termo “técnico”. Para encurtar uma longa conversa, o técnico é um supervisor, isto é, alguém que dirige um time de operários qualificados. Mas, o técnico é também um operário qualificado em uma área onde há uma maior densidade tecnológica. Um manda, outro opera diretamente, "suja a mão". No primeiro caso, temos tipicamente os técnicos de siderurgia que são chefes de equipes de altos fornos. No segundo caso, temos os técnicos em computadores que são os mecânicos que consertam computador. Se consertassem autos, seriam apenas mecânicos. Como computadores são mais complicados, são técnicos.

Essa ambigüidade é muitas vezes fatal para o desenho de treinamentos. Isto porque, os números de uma ou outra categoria são fundamentalmente diferentes. O número de supervisores será cinco ou dez vezes menor do que o número de operários de linha em qualquer indústria.

O desenho do perfil profissional dos técnicos em autotrônica é fatalmente dependente desta definição. Vão ser mecânicos de automóveis, identificando e eliminando defeitos na eletrônica e eletricidade embarcada? Ou vão ser encarregados dos mecânicos que vão fazer estas tarefas?

Note-se que este é um curso cuja essência é diferente do curso de mecatrônica do SENAI/RG, do qual ele é uma derivação. Os “mecatrônicos” irão trabalhar em oficinas custando milhões de dólares, e lutando contra o inimigo perene do “downtime” resultante das panes freqüentes destes equipamentos. A natureza do trabalho é diferente e imensamente mais complexa, pois é uma atividade de manufatura, com permanentes

variações nos produtos e processos. Nestas oficinas, salários de operários são custos desprezíveis. Já os "autotrônicos" são mecânicos cuja função é apenas encontrar panes em equipamentos padronizados.

Tal como operando hoje, o curso é demasiadamente longo para preparar mecânicos. E é também demasiado caro. Duas mil horas para preparar um mecânico de automóveis, em um curso de dois anos que custa 400 R$ por mês nos dá um profissional demasiado caro para o que vai fazer. Afinal, este é um curso mais caro do que os cursos universitários privados oferecidos na região.

Que salários justificam os custos incorridos? Provavelmente o salário de alguém que trabalhará na oficina de uma revenda, como supervisor técnico dos mecânicos de linha justificaria. Mas qual é a magnitude da demanda para tais cursos? Nossos diálogos com pessoas envolvidas no curso indicam suas preocupações com a insuficiência dos mercados, levando a custos elevados, diante da pequena utilização da capacidade. Ademais, é um curso de relativa complexidade e que mereceria ser classificado como sequencial, ou pós-médio. Portanto, como curso para mecânicos de linha, a duração de 2000 horas pode ser excessiva, gerando custos que não serão justificados pelos salários de um mecânico deste nível. Daí a pequena demanda observada.

Estes comentários nos apontam para a fragilidade dos estudos de demanda. Tudo indica que eletrônica embarcada foi identificada corretamente como uma real prioridade para a região de Caxias do Sul. Mas tudo indica também que a especificidade do curso não foi suficientemente entendida. Onde estão as simulações de análises de custo benefício? Ao contrário dos temas controvertidos tratados anteriormente, aqui não estão em jogo princípios ou políticas. Simplesmente, é um processo de tentativa e erro na busca da calibragem fina entre curso e mercado. Se errou da primeira vez, é aceitar logo que está descalibrado e ir progressivamente consertando.

6. Quem tem a culpa pelo alongamento do ensino técnico: a Reforma ou a LDB?

Uma das freqüentes queixas dos inimigos da reforma do ensino profissional é o alongamento das carreiras técnicas. Afirma-se que justamente os mais pobres foram prejudicados por terem agora que passar mais tempo na escola se quiserem obter um diploma técnico. Afirma-se que tornou-se impossível para muitos fazer um ensino técnico simultâneo com o ensino acadêmico. Estes argumentos têm sido o cavalo de batalha dos críticos às reformas.

Mas há um grande equívoco em tais críticas, embora haja um fundo de razão nos argumentos. De fato, houve um alongamento. Mas o alongamento se deve exclusivamente à LDB que passa a carga do ensino médio para 2400 horas e define um mínimo de 800 horas adicionais para a parte profissionalizante. A reforma do ensino técnico não é responsável por esse alongamento – embora não vá aqui qualquer sugestão de que a LDB esteja equivocada ao aumentar a carga horária do ensino regular.

Portanto, se a reforma não houvesse existido, seria igualmente longa a trajetória de um aluno que decidisse cursar um profissionalizante. A soma das horas hoje exigidas para o médio mais o profissional é exatamente a mesma que existiria se os cursos permanecessem integrados.

Todavia, a organização dos cursos pode facilitar ou dificultar a vida dos alunos. Os horários e a localização física dos cursos acadêmicos e profissionais podem ajudar ou atrapalhar quem queira fazer os dois.

Por outro lado, persistem algumas ambigüidades na área. A existência de 25% da carga horária do médio livres para as escolas dedicarem às disciplinas que quiserem introduz o que poderia ser uma maneira conveniente de reduzir a carga total dos dois cursos, na medida em que fosse utilizada em disciplinas que pudessem servir de apoio ao profissionalizante. Não obstante, observa-se, por exemplo, no RGS, uma tendência de usar estas disciplinas para reforçar o currículo acadêmico. A lei requer que os 25% da carga horária sejam dedicados a disciplinas com fortes conteúdos analíticos e isso se prestaria a dúvidas conceptuais (mecânica celeste pode mas mecânica de automóveis não pode?). Mais ainda, a suposta liberdade das escolas públicas para escolher os seus cursos não é sempre reconhecida pelas administrações centrais que querem exercer controle sobre estas escolhas (claramente o caso do Rio Grande do Sul).

IV. Conclusões

Nesta nota, tentamos dar um balanço nas reformas do ensino técnico e no PROEP, após transcorridos três anos do seu início. Estávamos diante de um ensino técnico travado, sem apetência para a mudança. As escolas técnicas federais, as do SENAI as escolas paulistas, e mais algumas outras ofereciam um ensino de alta qualidade, tanto acadêmica quanto técnica. Em boa medida, era um ensino muito caro, sobretudo no caso das federais e do SENAI. Mas ao oferecer um programa acadêmico integrado com a parte técnica profissionalizante, estas escolas passaram, faz décadas, a atrair uma elite intelectual e econômica que nelas via uma alternativa gratuita para receber um ensino acadêmico da melhor qualidade, preparando para os vestibulares mais competitivos.

Recrutando um clientela não apenas elitizada mas claramente destinada ao melhor ensino superior, a parte profissional ficava totalmente marginalizada. Diante da chance de freqüentar as melhores universidades públicas e também gratuitas, a clientela destas escolas pouco se importava com o lado técnico ou profissionalizante dos cursos. Os grandes investimentos em equipamentos foram ficando obsoletos e pouco interesse havia no que se aprendia nas oficinas e laboratórios.

A perspectiva de um projeto de grande envergadura, trazendo novos recursos para o ensino técnico permitiu gerar o momento político de transformação. O PROEP é o catalisador dessa mudança. A separação da parte profissional da acadêmica, o apoio à restruturação dos cursos e uma nova lógica que dá vida própria e dinamismo à busca de mercado para os graduados finalmente trazem uma reforma real e profunda nos cursos.

No lado dos cursos profissionalizantes embutidos no ensino regular, tínhamos, igualmente, um acúmulo de poeira, de ranço de coisa velha, de inércia de dezenas de anos. A reforma sacudiu os cursos, eliminou as velhas estruturas. Não sabemos ainda o que vai sair dali ou se vai sair alguma coisa. Mas seguramente, o que estava não valia a pena manter.

Por toda parte vimos uma busca de identidade para os cursos profissionais. Contatos com empresas, pesquisas de mercado, redesenho de currículos, novos mecanismos de financiamento estão pipocando nos três estados visitados. Ainda é cedo para dar uma notícia definitiva. Mas há sólidos sinais de que a mudança está andando na direção esperada. Os senões e tropeços não chegam a ameaçar a os grandes avanços obtidos.

Por último, temos que lembrar que um corolário da separação entre o ensino médio regular e o ensino profissional, é que isto, além de favorecer o desenvolvimento de um

bom ensino profissional, também poderá permitir o desenvolvimento de um melhor ensino médio. Mais essa já e outra estória.